

A PRAÇA TAMANDARÉ COMO UM TERRITÓRIO NEGRO PELA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA

YASMIN ACOSTA DA SILVA¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – yasminacosta96@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louiseturismo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por intuito apresentar os resultados parciais da minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (com área de concentração em Arqueologia), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), intitulada “Rio Grande como uma cidade negra: uma Arqueologia do passado-presente”. Esta pesquisa está vinculada ao Projeto de Pesquisa “Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas”, do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e ao Laboratório de Arqueologia do Capitalismo (*Liber Studium*), da Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

A motivação de estudar sobre a Praça da Geribanda/Praça Tamandaré, localizada no centro de Rio Grande/RS, vem desde a graduação¹, quando participei, em 2015, das escavações do “Programa de Salvamento Arqueológico na área de colocação de plataforma de embarque e desembarque de passageiros do Transporte Urbano Municipal de Rio Grande – RS”. O Programa tinha por um dos objetivos encontrar materiais arqueológicos que remetesse a presença de pessoas subalternizadas que frequentaram aquele lugar. Foi quando eu conheci a história da Geribanda. Formada por combros de areia, a Praça se tornou um espaço cotidianamente vivenciado, por motivo de lazer ou trabalho, por marinheiros, pessoas escravizadas, negras(os) livres, brancas(os) pobres, quitandeiras, lavadeiras, etc.

No ano de 1820, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire passou por Rio Grande e relatou que no local onde hoje é a Praça Tamandaré existiam poços de captação de água potável que abasteciam grande parte da cidade, onde pessoas negras iam buscá-la para vender no comércio ou levar para casa de seus senhores (SAINT-HILAIRE, 2002). O trabalho arqueológico realizado na Praça evidenciou, através das escavações, materiais que nos mostram quais grupos sociais frequentavam a Geribanda. A presença de vidros lascados no local e ossos de origem animal com marcas de corte para retirada de tutano, somado aos relatos escritos, comprovam a presença de grupos subalternizados naquele espaço.

Findando as escavações e, para dar continuidade as pesquisas, elaboramos o Projeto de Extensão “Entre vozes e ecos: uma Arqueologia do cotidiano da Praça da Geribanda”. Foi dentro deste projeto que desenvolvi minha pesquisa de TCC, intitulada “Arqueologia da Geribanda: (re)existências no passado-presente”. Nesta, compreendi como o espaço da antiga Geribanda foi reconfigurado e, a partir disso, provocou à exclusão de grupos sociais. Propus reflexões sobre o discurso legitimador de tais ações: o processo de higienização social que varreu da Geribanda para as margens da cidade os grupos que a frequentavam no final do século 19 e início do século 20 (SILVA, 2017).

¹ Sou graduada em Arqueologia pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

A proposta para a dissertação surgiu no dia da minha defesa de TCC, quando descobri que a Geribanda não estava, até então, contemplada no projeto “Caminhos Negros: redescobrimo Rio Grande”. Este é pensado por diversas pessoas da comunidade e pela Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social da Prefeitura Municipal, e visa identificar, mapear e demarcar os principais locais históricos de concentração da comunidade negra no Município. Após isto, instituir um circuito a ser percorrido com alunas(os) das instituições de ensino, comunidade e turistas².

Tendo em vista que a história da comunidade negra na cidade é totalmente invisibilizada através do patrimônio institucionalizado e, reconhecendo a Praça como um território negro, meu principal objetivo é inserir e acompanhar o processo de inserção da Praça Tamandaré no mapeamento e demarcação dos territórios negros de Rio Grande. Não me detendo ao passado, esta pesquisa visa contribuir para a permanência de grupos subalternizados que hoje lá estão e são, diariamente, postos às margens através de políticas públicas excludentes. Também proponho, para esta pesquisa, intervenções públicas que reflitam sobre a importância da história da Praça da Geribanda a fim de sensibilizar a comunidade e o poder público para questões que envolvam a visibilidade de narrativas negras, bem como seus patrimônios.

Trago a proposta para o presente, pois o passado não é exclusivamente passado, já que está aqui e agora graças a sua existência material e é capaz de mediar nossas vidas de várias maneiras (PREUCCEL, 2012). Para González-Ruibal (2006), devemos, enquanto Arqueólogas(os), aproveitar essa mistura de tempos e coisas, memórias e povos, e mergulhar em multiplicidades temporais, em vez de impor divisões radicais e insustentáveis que congela outros no tempo e apaga o que não se encaixa facilmente dentro de nossos esquemas lineares. Para construir, a partir da materialidade, outras narrativas de passado-presente da Praça Tamandaré me resta, concordando com Tramasoli (2017), ter ciência de que sou uma pesquisadora/problematizadora que encontra na materialidade uma possibilidade de entender a vida social e que, como tal, devo estar atenta às potencialidades que as coisas me oferecem enquanto elementos dignos em si mesmos, de provocar, de incitar, de lembrar.

2. METODOLOGIA

Os métodos para alcançar a pesquisa proposta se constituíram, até o momento, em participar das reuniões do projeto “Caminhos Negros” a fim de estabelecer diálogo com as entidades proponentes, uma vez que as reuniões decidirão os lugares a serem demarcados e eu, a partir do conhecimento adquirido nesses quatro anos com as pesquisas arqueológicas, venho reforçando a importância de incluir a Praça no projeto.

Para as instalações, o intuito é fazer uma Arqueologia de manifestos do que não pode ser dito e que exponham as operações destrutivas do mundo contemporâneo, uma vez que a Arqueologia é sobre a memória e presença (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008). E evocar presença talvez seja o ato político mais forte que uma Arqueologia pode executar. O manifesto se dará a partir de exposições fotográficas do cotidiano da Praça, bem como a exposição dos materiais arqueológicos oriundos das escavações de 2015 que serão mediadas por estudantes de Arqueologia.

² Conforme consta em: RIO GRANDE. Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social. **Projeto Caminhos Negros: redescobrimo Rio Grande**. Rio Grande, 12 p. 2017

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento e para este trabalho discutirei as reuniões do projeto “Caminhos Negros”. Descobri a primeira reunião procurando por festas no Facebook. Lá estava um evento público organizado por Alisson Justamant e Chendler Siqueira convidando, em nome da Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social (SMCAS) e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e do ILA, a comunidade local para a reunião de lançamento e apresentação do projeto que aconteceria no dia 22 de agosto às 18h30min no Salão Nobre Deputado Carlos Santos da Prefeitura. A organização divulgou uma pesquisa de opinião pública pela plataforma Decide Rio Grande³ para que votássemos em até seis lugares a serem demarcados, também era possível propor mais seis lugares de nosso interesse. Na plataforma tinham 25 propostas originais do projeto, incluindo a Praça Tamandaré reconhecida como Geribanda, e uma de um membro externo. Divulguei e participei da pesquisa, embora tenhamos encontrado dificuldade de realizar a votação pela plataforma.

A reunião se deu em três partes, a primeira foi a assinatura da lei que cria a Política e a Coordenadoria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial pelo prefeito, a segunda foi a posse da nova diretoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra do Rio Grande (CONDESCOM), a terceira foi a apresentação do projeto. Neste terceiro momento, os atuais responsáveis explicaram que o projeto foi selecionado no edital de fomento a ações de extensão do Programa Permanente de Formação em Extensão Universitária, da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proexc), o que justifica a recente inserção da universidade, que não constava no projeto inicial. Agora passaram a ter financiamento para a elaboração das placas que serão postas nos lugares demarcados, bem como dois bolsistas para realização das atividades. Todos os lugares propostos foram explicados pelo Chendler e não se limitaram no passado. Os resultados da plataforma foram divulgados e na última parte da reunião, a comunidade teve oportunidade de falar e defender suas posições, foi quando uma mulher negra propôs a criação de um Grupo de Trabalho que avaliará e articulará todas as propostas com as demandas das escolas a serem beneficiadas pelo percurso.

A segunda reunião foi o primeiro encontro do GT, onde se decidiu 10 lugares e deliberaram, ainda, buscar patrocínio para confecção de uma 11ª placa que evidencie a construção da cidade por meio do trabalho de pessoas negras escravizadas, identificando prédios, como Catedral São Pedro, o casarão da Luiz Lorea, entre outros. Dos lugares estão: Estátua de Yemanjá e Acampamento no campo do Praião; Docas do Mercado; Geribanda (Praça Tamandaré); Largo das Quitadeiras (Largo Dr. Pio); Bairro Getúlio Vargas; Negras Minas (fundos da Igreja do Bonfim/Cemitério do Bonfim); Praça 7 de Setembro (antigo Forte/Presídio Jesus Maria José) - Busto de Carlos Santos - Igreja N.S. da Conceição; E.E.E.F. Marcílio Dias/Estátua de Marcílio Dias; Capela de São Francisco/Salão Nobre da PMRG Dep. Carlos Santos/Monumento Silva Paes; Praça Barão de São José do Norte. Também foi decidida a criação de um site e uma revista que constará todos os lugares identificados como território negro da cidade.

4. CONCLUSÕES

³ Disponível em: <<http://decide.riogrande.rs.gov.br/processes/caminhos-negros/>>. Acesso em: 13 set. 2019.

Algumas questões são interessantes de serem aqui levantadas. Durante a primeira reunião, um homem negro de religião de matriz africana disse que não era uma boa ideia que casas de religião entrassem no circuito, com receio de que os responsáveis pelos estudantes desaprovassem a ida as casas, uma vez que a intolerância religiosa é forte no Município e o melhor seria não envolver religião. Porém a Capela de São Francisco foi incluída, na reunião seguinte, sem nenhum questionamento. Também percebi o cuidado que tiveram em integrar a comunidade na execução do projeto, todo mundo tinha espaço para opinar o que resultava em uma disputa de histórias que nem sempre eram “verídicas”. Porém, como se posicionar, enquanto profissionais, frente a diferentes discursos sem praticar o populismo? O populismo é quando nós, arqueólogas(os), consideramos que tudo que as pessoas falam é verdade ou é correto, ou seja, todos os posicionamentos tem o mesmo valor narrativo (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018). Embora González-Ruibal (2012) concorde que temos que escutar todas as vozes, salienta que devemos sustentar a nossa posição política, e colocar que as relações de poder existem, por mais que possamos aproximar outras vozes e saberes em nossas pesquisas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. The Past is Tomorrow. Towards an Archaeology if the Vanishing Present. **Norwegian Archeological Review**. V.39. N.02, 2006.

_____. Time to destroy. An archeology of supermodernity. **Current Anthropology**. Vol. 49 (2), p. 247-279, 2008.

_____. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**, Vol. 23 (2), p. 103-116, 2012.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo, GONZÁLEZ, Pablo, CRIADO-BOADO, Filipe. Against reactionary populism: Towards a new public archaeology. *Antiquity*, 92(362): 507-515. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.15184/aqy.2017.227>>. Acesso em: 12 set. 2019.

PREUCCEL, Robert. **Archaeology and the Limitations of Actor Network Theory**, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/10272554/Archaeology_and_the_Limitations_of_Actor_Network_Theory>. Acesso em: 13 set. 2019.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 578 p, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1064>>. Acesso em: 13 set. 2018.

SILVA, Y. A. **Arqueologia da Geribanda: (re)existências no passado-presente**. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

TRAMASOLI, Felipe Benites. “Haja hoje p/ tanto ontem”: apontamentos sobre a arqueologia e o contemporâneo. **Revista de Arqueologia**. V. 30, N° 1, p. 186-209, 2017.